HELOISA MURGEL STARLING

Ser republicano no Brasil Colônia

A história de uma tradição esquecida

COMPANHIA DAS LETRAS

Optar pela República, em 1817, portanto, incluía reler esse repertório legado pelo passado colonial e isso foi feito. Os revolucionários de 1817 decantaram especialmente algumas das adaptações que orientaram as discussões e decisões da Conjuração Mineira, sobretudo aquelas referentes ao andamento institucional da Revolução Americana. Eles também recuperaram na própria agenda local a noção contratualista das relações entre a capitania e a Coroa portuguesa. O argumento era caro à "nobreza da terra" pernambucana e voltou à tona repetidas vezes, pelo menos desde a Sedição de Olinda, em 1710: por força da vitória sobre os holandeses, em 1654, em uma guerra travada às próprias custas, o direito de propriedade sobre a terra pertencia aos colonos — e o retorno ao domínio português havia sido pactuado com a Coroa, debaixo de condições que ela jamais cumpriu desde então.[11] Aliás, esse argumento guardava forte semelhança com a reivindicação exposta por Cláudio Manuel da Costa em defesa da simetria entre os serviços prestados pelos paulistas à Coroa e a obrigação que lhes é devida por parte do Império: a conquista e a exploração das Minas é um episódio tão decisivo para Portugal e de tal forma grandioso que a relação de poder entre súditos paulistas e rei português não poderia ser mediada pela desigualdade, endurecia nos versos o autor de *Vila Rica*.

Ainda assim, optar pela República, em Pernambuco, em 1817, dependia da disposição de se aproveitar do passado, mas para fazer a revolução seguir em frente: seria preciso conceber uma estratégia tão ou mais eficaz do que aquela engendrada pelas conjurações e se utilizar do repertório gerado no século XVIII, de maneira mais ampla e ousada. Não havia alternativa. Pernambuco precisava lidar da melhor maneira possível com a circunstância de desenvolver a arquitetura, ainda inédita na América portuguesa, de uma nova ordem política. Confrontados com a questão da forma de governo — o que é, o que deve ser, o que é possível fazer, em uma determinada conjuntura, para resolver o problema da composição de uma República —, os revolucionários de 1817 conceberam uma solução engenhosa, que combinava o sistema federalista com um até então inédito projeto de ordenação constitucional. Isso fazia muito sentido. Conseguir obter a soberania local sem que ela significasse necessariamente separatismo ou uma ruptura com o governo monárquico implantado no Rio de Janeiro foi uma aspiração mais ou menos disseminada entre as províncias antes e depois da Independência. Mas, na conturbada conjuntura política do início do século XIX, Pernambuco estava em condições de reivindicá-la

de maneira consistente — inclusive por conta de sua posição vantajosa na economia de exportação, com as receitas beneficiadas pelo surto algodoeiro.

Tal como ocorreu durante a Conjuração Mineira, também os republicanos de 1817 foram abastecidos de informações sobre as inovações constitucionais produzidas pelo republicanismo norte-americano, graças a um sistema de interação atlântica que entrou em funcionamento no século XVIII: envolvia o Brasil, a América do Norte e a Europa e, como já visto, o *Recueil* foi um dos seus mais importantes suportes de divulgação, circulando ativamente tanto em Minas quanto em Pernambuco. Provável resultado dessa circulação, o projeto federalista de 1817 trazia uma particularidade: o que ele propunha, de fato, era uma confederação. Os pernambucanos de 1817 não alimentaram nenhuma afinidade com o novo modelo de governo central dos Estados Unidos, aprovado pela Constituição escrita na Filadélfia, entre os meses de maio e setembro de 1787, e preparado para submeter o poder dos estados em uma República federativa de dimensões continentais.

No final do século XVIII, o termo "federal" significava liga ou aliança de estados em oposição à forma centralizadora e unitária do Estado-nação — e, vale lembrar, no argumento de Montesquieu o termo "República federativa" servia para designar as comunidades políticas em expansão. Ao se autodeclararem *federalistas*, durante os debates da Convenção Constituinte, em 1787, e em artigos publicados nas páginas do *Independent Journal*, em Nova York, entre outubro de 1787 e agosto de 1788, três protagonistas da Revolução Americana — Alexander Hamilton, James Madison e John Jay — estavam apresentando e defendendo vigorosamente um projeto de República inédito. A federalização norte-americana vinha embutida na invenção do "esquema da representação", o eixo pelo qual toda a nova estrutura da República deveria se movimentar. O "esquema da representação" foi proposto por Madison para funcionar como uma dobradiça bem azeitada que articulava as duas pontas de sustentação da estrutura federal da República. Em uma delas, estava instalado o mecanismo de preservação de parte da autonomia dos estados; na outra, as condições de sua fusão em uma comunidade muito maior.[12] O termo "federal" entrava em cena para qualificar a nova República: diferente da forma confederada, na qual a coesão de pequenas Repúblicas dotadas de soberania provém geralmente de um tratado, o federalismo norte-americano indicava um sistema novo, de proporções continentais, constituído por um governo central com capacidade de

regulação nacional, Exército permanente, controle de arrecadação de receita e manejo das relações internacionais.

Os revolucionários de 1817 não tinham como ignorar as novidades constitucionais do federalismo norte-americano; mas nenhum deles jamais tirou da cabeça a convicção de que a adoção de um governo central com amplos poderes punha em perigo os particularismos regionais. A inovação constitucional de uma República Confederada era mais do que suficiente: trazia a chave para frear o poder, deslocando-o do centro para a periferia — e não custa insistir, essa chave estava nas páginas do exemplar do *Recueil* que virou a cabeça dos membros da junta do governo no Recife, no auge da Revolução de 1817. A tese de que a soberania era principalmente legislativa, residia nas províncias e não podia ser compartilhada foi atraente demais para os pernambucanos, como fora, em 1789, também para os mineiros, e eles estavam prontos para ela.

Além disso, desde a segunda metade do século XVII, por força da vitória sobre os holandeses, Pernambuco vinha embalando sua reivindicação de autonomia provincial. Às vésperas da Revolução de 1817, o mito da restauração pernambucana sensibilizava quase todo mundo no Recife, entre autoridades, letrados e até o deão da sé de Olinda, leitor atento de Rousseau, que encontrou em *Do contrato social* o argumento que estava procurando para justificar o movimento revolucionário do qual fazia parte: o engajamento recíproco do público (a Coroa) com os particulares (os colonos) havia sido rompido, escreveu num texto de 1817, em que relia, ao seu modo, tanto Rousseau quanto a história da província.[13] Os Artigos da Confederação, por sua vez, deixavam disponíveis para uso um conjunto notável de ferramentas voltadas para agenciar o atributo da soberania no interior de um tipo de sociedade independente e autônoma, com autoridade para regulamentar seus próprios assuntos e na qual o poder permanece, em qualquer circunstância, com o próprio corpo da comunidade que governa.[14]

Padre João Ribeiro era outro intelectual respeitado que saudava com entusiasmo a solução confederada. A República seria grande o bastante para se proteger, insistia sempre em nome da união e da concórdia, mas deveria ser dotada de mecanismos expressamente indicados de controle e de jurisdição constitucional sobre diferentes matérias de governo capazes de evitar qualquer desequilíbrio de poder entre as províncias. Com o argumento na ponta da língua, ele foi bater na porta dos vizinhos: "A Paraíba é tão vizinha de Pernambuco, os hábitos e costumes de seus habitantes são tão semelhantes que as leis que convierem a uma, convirão necessariamente à outra província", escreveu à junta da Paraíba, buscando obter sua adesão ao projeto confederado. Padre João Ribeiro estava preparado para negociar com províncias naturalmente suspeitosas sobre as reais intenções de Pernambuco e tratou de desfraldar a bandeira branca, defendendo a tese de que a força de equilíbrio da República viria precisamente da sua disposição em fatiar o poder de maneira equânime no interior das províncias autônomas: "Eu tenho experiência do país [...] para haver alguma coisa é necessário que se reúna o bom de todos [...] estas províncias estão tão compenetradas e ligadas em identidade de interesses e relações que não se podem separar", sintetizou, com grande habilidade política. Afinal, ele sabia, eram essas províncias que se tornariam a força maior da grande República de 1817. Antes de encerrar o argumento, tirou do bolso uma solução astuta, mas que já tinha se provado eficaz quando usada a favor da República norte-americana: a criação de uma capital federal, provavelmente inspirada na construção de Washington, iniciada em 1792 e inaugurada em 1800.

> Para que não penseis que digo isto a fim de engrandecer Pernambuco sujeitando-lhes as outras províncias, como antigamente, vede que proponho como condição essencial, o levantamento de uma cidade central, distante trinta a quarenta léguas da costa do mar para residência do congresso e do governo [...] e cumpria que esta capital fosse instalada na província da Paraíba".[15]

Padre João Ribeiro enxergava longe. A criação da capital federal seria capaz de consolidar o governo e corroborar a Constituição que as províncias rebeladas abraçariam, em um nível jamais imaginado pelos monarquistas na Corte do Rio de Janeiro. Ele via a República comandando a construção de uma cidade capital inteiramente planejada em território virgem. Instalada no interior da Paraíba, a nova capital estaria convenientemente protegida do perigo do desembarque de tropas imperiais e, ao mesmo tempo, próxima o bastante de portos ativos de comércio, além de acessível de imediato às províncias do Norte. Não sabemos se ele chegou a imaginar sua capital como uma crítica radical ao Rio de Janeiro, capaz de desafiar, da periferia, o mundo da Corte: uma cidade novinha em folha, concebida em escala monumental, grandes avenidas em linhas retas, edifícios públicos, praças envolventes. Mas a ideia fazia

muito sentido. Uma cidade capital plantada no interior teria importância tanto para fundar um Brasil confederado quanto para encontrar o denominador comum que afirmasse e defendesse a Constituição brasileira.

Afinal, o papel da República era constitutivo e não regulatório, argumentavam padre João Ribeiro e seus companheiros membros da junta governativa do Recife — e, com esse argumento, abriram as portas para o desenvolvimento de um novo referencial com impacto na consolidação do repertório republicano já no início do século XIX. Criar uma capital federal, elaborar uma Constituição capaz de resolver o problema da soberania das províncias e ao mesmo tempo encontrar uma forma estável de governo, tudo era novidade — mas entender o processo de criação constitucional como fundamento de toda a prática legislativa definiu o momento em que a Revolução de 1817 se encontrou mais fortemente ligada aos princípios da tradição republicana. Contudo, o trabalho ficou incompleto e o projeto constitucional da República não se institucionalizou. Havia, é certo, entre os membros do governo revolucionário a proposta de convocar imediatamente um corpo constituinte dedicado a estabelecer uma forma constitucional federada como solução para o exercício do governo.

Eles estavam, ao mesmo tempo, inspirados pelo exemplo americano e governados pela urgência de dar sentido, explicar e intervir na conjuntura em que estavam vivendo: era preciso assumir a liderança, tornar operacional uma entidade confederada com as demais províncias, preparar-se para enfrentar as tropas imperiais; contudo, os revolucionários, ao que parece, confiavam num sucesso espetacular da República. A Constituinte deveria ser convocada, mas no prazo de até um ano; do contrário, a junta do Recife seria extinta e o processo de criação constitucional ocorreria fundamentado pela representação, vale dizer, por um momento particular em que a sociedade suspende seu funcionamento cotidiano para afirmação da soberania popular. Nessa eventualidade, nos termos do projeto de lei orgânica que enfeixou na junta do Recife dois braços de governo — Executivo e Legislativo — e funcionou como um conjunto de disposições constitucionais transitórias ou, melhor dizendo, como uma espécie de base da futura Constituição provincial, para usar o argumento de Oliveira Lima, "reintegrava-se o povo no exercício da soberania para o delegar a quem melhor cumpra os fins de sua delegação",[16] até a aprovação da Constituição.

Naturalmente, não deu tempo; a República caiu em maio de 1817. Mas,

talvez, os revolucionários tenham postergado a Constituinte também porque estavam divididos quanto a uma questão ainda mais explosiva: a extensão dos direitos de igualdade. Esperava-se que a República de 1817 concebesse a reorganização da sociedade em torno da ideia de cidadania e, de alguma maneira, isso aconteceu: a revolução animou um tipo de sociabilidade pública que se desenvolveu forjada por relações horizontais de reciprocidade e ancorada no patriotismo. Ser patriota, nos termos da Coroa portuguesa, era acusação gravíssima: servia para nomear o rebelde que cometeu o crime terrível de lesa-majestade e, na América portuguesa, tornou-se sinônimo de insurgente a partir de seu uso pelos conjurados nas Minas setecentistas. No Recife revolucionário, a palavra "patriotismo" confirmou seu sentido francamente sedicioso — foi reconhecida como tal pelas autoridades do Rio de Janeiro — e combinava uma paixão política com um dever moral, articulando tudo isso à reivindicação de autogoverno.[17] A palavra ganhou força, consolidou seu uso no repertório republicano do século XIX e se espalhou. "Patriota" identificava um sujeito capaz de admitir que era possível compatibilizar a existência de um território nativo e ancestral com o reconhecimento de que o convívio entre os homens demanda a construção de um modo próprio de viver livre numa cultura comum. Além disso, ser patriota, no Recife, incluía desfrutar de certo igualitarismo militante entre pessoas que pensavam da mesma forma, bravejar contra o governo imperial num clima de confiança mútua, não passar despercebido entre iguais nem permanecer anônimo na cena pública.

Mas uma dificuldade importante se apresentava às lideranças revolucionárias de 1817: a decisão de estender às camadas mais pobres da população o princípio do patriotismo — isto é, expressar uma identidade republicana e convidar os demais a aderirem a ela —, e com isso confirmar o pressuposto de que homens pobres livres negros e mulatos poderiam interagir com os demais estratos da sociedade pernambucana como iguais. A igualdade consiste em que cada um possa gozar dos mesmos direitos, garantiu o governo provisório nos termos da lei orgânica de 29 de março de 1817. Mas a lei era espinhosa. A República não foi abolicionista — no máximo, prometia alforriar qualquer escravizado que viesse a se alistar voluntariamente como soldado, tal como sugerido, em 1789, por Alvarenga Peixoto durante as reuniões preparatórias da Conjuração Mineira; seriam os "libertos da nação", decidiram as autoridades republicanas no Recife.

Além de bater de frente com a realidade social e jurídica dos escravizados, o princípio da igualdade era custoso, porque contemplava tanto os homens brancos quanto os negros, mestiços e mulatos livres e libertos. A sociedade pernambucana era hierárquica, profundamente desigual e abrigava uma população pobre de mulatos, índios e negros livres — toda essa gente sem estirpe, status, inabilitação e marginalidade, muitos recentemente saídos do cativeiro, seria contemplada com o princípio do patriotismo?, hesitavam os membros da junta do Recife. Por outro lado, barrar sem cogitar alternativas também não iria funcionar. Em 1810, Pernambuco tinha por volta de 392 mil habitantes — entre eles, 28% eram brancos, 26,25% escravizados, 3,2% indígenas e 42% descendentes de africanos livres e libertos. Para este último grande grupo, a República significava muito — garantia igualdade civil e política, permitia pleitear cidadania ativa. Abria um tempo novo e eles se mobilizaram para ingressar no espaço público: formaram milícias de "pretos" e "pardos" decisivas no plano militar para anular as forças monarquistas e depor o governador, garantiram para si a obtenção de funções políticas e alargaram por conta própria a base social da República.[18]

Talvez essa tenha sido a principal inovação da Revolução de 1817 para a linguagem do republicanismo na América portuguesa: trazer os descendentes de africanos livres e libertos para a política republicana e inaugurar a igualdade no espaço público, operada por grupos sociais marginalizados, sobretudo durante as manifestações cívicas que ocorriam num clima de festa e congraçamento político no Campo do Erário, hoje praça da República, no extremo norte da ilha de Santo Antônio, no Recife. Evidentemente, nem todo mundo era favorável a uma extensão do princípio do patriotismo e choveram protestos contra o açodamento da República: "Vossa mercê não suportava chegasse a vossa mercê um cabra com o chapéu na cabeça e bater-lhe no ombro e dizer-lhe: adeus, patriota, como estais, dá cá tabaco, ora toma do meu", enfureceu-se o físico-mor João Lopes Cardoso Machado, a quem cabia a fiscalização da produção e circulação de medicamentos nas boticas, em carta a um compadre. João Machado não se dava conta, mas reclamar era inútil. Uma vez feita, a promessa de igualdade pode não ser cumprida, mas não morre mais — a situação ia piorar e ele ainda teria muito assunto para esbravejar junto ao seu compadre: "Os cabras, mulatos e criolos andavam tão atrevidos que diziam éramos todos iguais, e não haviam de casar senão [com] brancas, das melho-

res", escreveu, injuriado com a completa subversão provocada pela República na cidade, a partir da mera possibilidade de ampliação da sociedade política para os libertos.[19]

A mensagem era clara: a Revolução de 1817 virou Pernambuco de cabeça para baixo, engendrou as noções de igualdade civil e política extensivas aos homens livres e naturalmente alimentou inquietação generalizada entre os escravizados. Mais cedo ou mais tarde, a tensão iria explodir. Em fevereiro de 1823, batalhões de pretos e pardos tomaram Recife e Olinda de surpresa, por oito dias, escorraçaram a Junta dos Matutos — o governo provincial —, que fugiu para o interior da província, e aclamaram o governador de armas, antigo capitão do Regimento de Artilharia, Pedro da Silva Pedroso, pardo, jacobino e revolucionário de primeira hora em 1817. A agitação cresceu depressa demais, escapou do controle das autoridades e assumiu o feitio de insurreição com forte componente racial. "Se Pedroso puder criar um governo não veremos pessoas brancas participarem dele", anotou, meio apavorado, o cônsul francês no Recife, que enxergava no levante de 1823 os ecos da Revolução do Haiti.[20]

O cônsul tinha motivos de sobra para ficar aflito. O compromisso de Pedroso era explícito — "É a minha gente", explicou aos membros do governo depois de uma festa num subúrbio onde foi visto rodeado pela população negra. Era mesmo. Frei Caneca, que aparentemente não nutria grande simpatia pelo personagem, conta que, quando Pedroso decidiu se associar à irmandade de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos da Vila do Recife, uma forma de associação religiosa de leigos que se constituía em espaço de identificação devocional e social com forte atuação na busca da afirmação da identidade negra na província, teve a pachorra de lançar no livro de registros: "Pedro da Silva Pedroso, pardo do Recife".[21] Aliás, no dia 8 de janeiro de 1823, o próprio Pedroso chamou o povo à rebelião e fez questão de sublinhar seu componente racial: "Morram os caiados!", ordenou, em público, atordoando até aqueles que o conheciam. E completou: "Para que não aparecem eles agora, que os havíamos de fazer em postas".[22] "Caiado", é bom dizer, servia para nomear pejorativamente a elite mestiça de Pernambuco que se embranquecia — isto é, se caiava de branco — à medida que enriquecia.

A situação ia piorar — o cônsul francês acertou no prognóstico. Quem se insurgiu em 1823 no Recife tinha em mente a Revolução do Haiti. A associação era tão manifesta, declarou um depoente à Devassa aberta logo após a derrota

do levante, a ponto de se ouvir pela cidade e em Olinda "os mais ridículos moleques falar na ilha de São Domingos, e que toda essa terra pertencia mais a eles pretos e pardos do que aos brancos".[23] A multidão associava Pedroso à figura de Cristovam — um ex-escravo que comandou tropas revolucionárias, virou general e chegou ao poder, em 1811, num Haiti destroçado pela guerra civil — e tratou de ir para as ruas do Recife rimar abolição, revolução e convulsão social: "Qual eu imito a Cristovam/ Esse imortal haitiano/ Eia! Imitai a seu povo/ Oh, meu povo soberano".[24]

Ao figurar o Haiti como referência política, a "Pedrosada", nome pelo qual o levante ficou conhecido depois, difundiu um imaginário de medo na população branca do Recife, fez do liberto um rebelde disposto a verter sangue e deu forma a uma nova sensibilidade republicana. Pela primeira vez, a linguagem do republicanismo no Brasil se encontrou com a revolução que aboliu a escravidão dos negros, depois de liquidar com três exércitos imperiais. Diante de uma linguagem já plenamente republicana, mas onde até então a ninguém ocorria que se acabasse a escravidão, a "Pedrosada" levantou espontaneamente a revolução que integrou os africanos fora do seu continente à ideia de República e provou para o mundo que o sistema escravista era uma perversa circunstância histórica — e por isso mesmo mutável.[25] Daí por diante, a linguagem do republicanismo no campo dos direitos, da participação pública e da cidadania ingressaria, pouco a pouco, mas de forma sistemática, na formulação de discursos, tomada de decisões e rumos para a construção do ativismo político de uma parcela da população negra — libertos e "homens de cor", como muitos brasileiros se autoidentificavam ao final do século XIX.

Teriam de se apressar. O futuro da tradição republicana no Brasil era incerto. E curto.

A OUTRA REPÚBLICA

Convenhamos: o século XIX começou bem para a continuidade da nossa história. Decantou a palavra "República", testou as possibilidades de sua originalidade no país, expôs as diferenças da tradição republicana com o que nos acostumamos a chamar de "liberalismo", um novo e poderoso rival no propósito de estabelecer o modo como a sociedade e o governo deviam ser organiza-

dos. A agenda liberal estava assentada principalmente em motivações econômicas — bem mais do que na percepção dos direitos — e sua tônica recaía numa franca defesa do livre-comércio, na afirmação do mérito individual, na salvaguarda dos direitos de propriedade — incluindo a posse de escravizados — e na conversão do sistema político a um projeto de monarquia constitucional parlamentar devidamente pautado pela tutela da Coroa; ao final do Segundo Reinado o liberalismo de viés econômico era a principal perspectiva normativa influenciadora de reformas institucionais no país.[26]

Esse foi também o tempo em que repúblicos de diferentes matizes, como diria frei Vicente do Salvador, conseguiram passar do pensamento à ação direta na tentativa de finalmente materializar a República nas ruas e com apoio popular. Mas alguma coisa deu errado. A contar dos anos 1860, a tradição republicana se perdeu, sem conseguir encontrar sua instituição apropriada. As alternativas políticas ou administrativas e as medidas sociais concebidas no seu interior foram trágica e rapidamente abafadas; nenhuma delas logrou ser de fato testada no longo prazo, seja para dar forma e conteúdo a uma nova ordem pública institucional, seja no sentido de construir a comunidade política brasileira. O golpe republicano, em 15 de novembro de 1889, não foi só um acontecimento militar extravagante que apanhou quase todo mundo de surpresa e eclodiu sem violência. A República que se instalou no Brasil a partir de então nasceu paradoxal: era oca. Ela estava vazia da tradição.

Dito assim parece uma história estranha — e é. A República se perdeu no decorrer do século XIX. A tradição republicana deixou de ser nomeada e, portanto, começou a ficar irreconhecível provavelmente a partir de meados da década de 1860, graças a certas mudanças radicais na conjuntura do Império. Uma delas, a crise da sociedade imperial. A Guerra do Paraguai durou tempo demais e os gastos foram enormes: 614 mil contos de réis, onze vezes o orçamento do governo para o ano de 1864, gerando um déficit que iria persistir até a queda da monarquia. O fim do tráfico de escravizados africanos, a partir de 1850, por sua vez, trouxe consequências desastrosas tanto para o latifúndio escravista dos engenhos de açúcar quanto para a lavoura cafeeira do Vale do Paraíba e da Zona da Mata mineira. Mais ou menos na mesma época, teve início o processo de deslocamento do polo dinâmico da cafeicultura do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista, acompanhado da incorporação de práticas econômicas modernas: imigração europeia e expansão do trabalho livre com

produção que suplantaria a concorrência do Vale do Paraíba já em 1890. Ao final do século XIX era possível perceber o resultado: existia uma sociedade em transição que se movimentava desconfortavelmente entre a centralização política e administrativa do Estado monárquico e uma ordem social emergente, mais competitiva e mais receptiva a inovações econômicas, administrativas e políticas.

A segunda mudança jogou a favor dos processos de mobilidade social. Grupos marginalizados ou excluídos da velha ordem imperial passaram a expressar publicamente seus pontos de vista e aumentaram a pressão por reformas. Por outro lado, o crescimento demográfico muito acelerado do país, que saltou de 7 milhões para 18 milhões entre 1850 e 1900, deu combustível para a formação de setores médios urbanos, sobretudo em cidades maiores, como Rio de Janeiro, Recife e Salvador — gente com outro estilo de vida e, em geral, simpática à retórica do progresso e das mudanças. Ao lado disso, e como consequência desse crescimento, ocorreu uma expansão nos serviços e comércio urbanos, incluindo a edição de livros, revistas e jornais. O espaço público se ampliou notadamente no Rio de Janeiro, as confeitarias e cafés tornaram-se locais privilegiados de politização, polêmica e manifestação pública de opiniões, e a percepção de uma visão diferente de mundo — moderna, reformista, cientificista — ganhou as ruas.[27]

Foi então que o campo de significações e a substância política da própria ideia de "República" se transformaram simultaneamente e o registro da palavra foi alterado. Ao final do século XIX, "República" ainda representava uma esperança, mas de futuro: trazia a marca de um tempo novo e acelerado em que modernização era sinônimo de civilização. Além disso, seu significado foi remodelado a partir do conteúdo produzido pelas novíssimas doutrinas em voga na época — positivismo, evolucionismo, biologismo. Na verdade, estava em curso desde a década de 1860 um recuo: "República" exprimia cada vez menos a adesão a uma causa e a um modo próprio de pensar e fazer a vida pública para revelar uma espécie de nova tomada de posição, uma recém-adquirida atitude diante do país: indicava uma aposta formidável em favor da modernização, a confiança no potencial da ciência para equacionar os problemas sociais e políticos, a certeza de ser uma ferramenta política capaz de fornecer aos brasileiros o instrumento para um salto decisivo rumo ao progresso.[28]

Em meio a uma conjuntura capaz de combinar, em altas doses, crise so-

cial e econômica com modernização urbana e regar tudo isso com um imaginário intelectual cientificista e de fundo doutrinário, uma grande oportunidade política se abriu aos grupos politicamente emergentes ou marginalizados do Segundo Reinado — e ela estava em íntima conexão com uma nova maneira de conceber a República. Quem, no interior da sociedade brasileira, não encontrava seu lugar no Império e dispôs de recursos suficientes para manifestar sua crítica às instituições monárquicas tratou de fazer isso. Alijados do poder pelos mais variados motivos, esses grupos entraram na briga contra o Segundo Reinado e arrogaram para si uma posição republicana.

Contudo, a ideia de que a República teria seus vínculos formadores profundamente enraizados nas experiências políticas e intelectuais do passado colonial português e conectava-se de diversas maneiras com suas principais matrizes na Europa ou nos Estados Unidos não era bem o que esses novos republicanos tinham em mente. Ninguém queria botar abaixo a ordem política imperial em nome de um projeto de República que, tal como ocorreu nas conjurações ou durante a Revolução de 1817, trouxesse para o centro da pauta política do país, e em consonância com o ideal de liberdade que a constituiu, a questão sobre quem pertence à comunidade política e a definição de onde se localiza a fonte de poder legítimo — respectivamente, o problema da extensão da cidadania e da origem da soberania. A disposição era outra e a polarização essencial acontecia entre a ordem e as instituições do Império e as diferentes modalidades de reformismo — e isso incluía, naturalmente, as propostas dos republicanos recém-convertidos. "República", nesse contexto, significava uma alternativa viável ao status monárquico, era compatível com a superação da monarquia em virtude de um imperativo modernizador e, o melhor de tudo, podia se instalar pela via reformista sem a necessidade de submergir o país no caos político revolucionário. Aliás, o "Manifesto republicano", publicado em 1870, propunha exatamente isso: implantar a República a partir de uma Assembleia Constituinte.

É evidente que, no modo como os republicanos do final do século XIX enxergavam as coisas, não havia nada de especialmente errado com seu entendimento de "República". Era um mecanismo político de aplicação prática que, se bem utilizado, iria desestabilizar de vez o Segundo Reinado e propiciar um novo rearranjo de poder capaz de substituir o pacto imperial. Um regime republicano serviria para acomodar novas elites a postos também novos, viabili-

zaria uma agenda de modernização e conseguiria regrar os conflitos intraelites de modo a manter um grau suficiente de estabilidade política. As expectativas desses grupos poderiam divergir ou variar na doutrina, na origem social, na lógica da distribuição de recursos e na capacidade de manipulá-los. Mas as pretensões de que a República fosse uma comunidade política capaz de balizar um espaço comum equalizador da participação de todos os cidadãos no sistema de decisões políticas, articulando justiça e direitos como motores do cotidiano da população brasileira, estavam reduzidas ao mínimo. Foi então que o rico manancial de palavras, conceitos e princípios que formaram o repertório da tradição e suas alternativas políticas, entre os séculos XVII e XVIII e durante a primeira metade do século XIX, terminou rapidamente abafado, sem que os atores envolvidos se dessem conta do valor desse vínculo obscuro entre o passado e o presente, capaz de abrir possibilidades para o futuro.

Era outra República e funcionou como eixo estruturante para o ativismo de grupos politicamente marginalizados ou insatisfeitos com a agenda de poder no Segundo Reinado — essa foi a terceira mudança radical na conjuntura do Império. Quem primeiro se definiu, os "liberais republicanos"[29] — como eles se autonomeavam —, tinha sua origem na insatisfação de jornalistas, advogados e comerciantes, mas o grupo não encontrou maiores dificuldades em compor com os donos da terra, especialmente em províncias como São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Minas Gerais. Eles idealizaram seu modelo de República a partir do modo como enxergavam as instituições norte-americanas. Era moderna e liberal: ampliava o mercado, abria espaço para novos negócios, criava carreiras na burocracia do Estado amparadas exclusivamente no mérito, anulava privilégios estamentais, restringia práticas patrimonialistas. Na hora de pôr mãos à obra, porém, o tom da conversa foi outro e o foco se concentrou numa alteração nos procedimentos de distribuição do poder político. Qual deveria ser o escopo da República?, perguntavam entre si. E refletiam: não seria o caso de proceder a uma transformação controlada do sistema político capaz de incluir a redistribuição de poder, além de uma mudança no sistema de representação e a concessão de autonomia às províncias?

Em novembro de 1870, os liberais republicanos saíram da defensiva e criaram, no Rio de Janeiro, o Clube Republicano, uma forma associativa de natureza política que começou a ser experimentada, no Brasil, em curva ascendente durante a Regência, sobretudo na capital do Império. O Clube Republicano funcionava na rua do Ouvidor, no centro, e, além de local de reuniões, também promovia debates para um público amplo, especialmente por meio de conferências que aconteciam aos domingos, no final da manhã, no salão do Teatro Fênix Dramática, uma das casas de espetáculos mais populares da cidade, situada na vizinhança, na rua da Ajuda, onde hoje é a Cinelândia. No mês seguinte, resolveram falar grosso: entrou em circulação o jornal diário *A República*, cuja sede seria empastelada pelos monarquistas em 1873 — o Clube Republicano decidiu celebrar, no Rio de Janeiro, a queda da monarquia na Espanha, embandeirou o prédio inteiro em homenagem à proclamação da Primeira República e seus membros resolveram passar o dia nas janelas vivando Emiliano Castelar, líder dos republicanos espanhóis. Não deu outra: as bandeiras foram furiosamente arrancadas por bandos de monarquistas enraivecidos, a redação foi depredada e os dois lados partiram para a briga na rua.

Mas, no geral, as coisas não andavam bem para os monarquistas. Já em seu número de lançamento, *A República* trazia em destaque o "Manifesto republicano", documento essencial de propaganda e base da fundação de um partido político. Evidentemente, a centralidade da Corte era decisiva para quem queria fazer política no Império; mas o ativismo dos liberais republicanos teve repercussão em diversas províncias — indicando o esforço de nacionalização — e seu principal núcleo acabou por se instalar em São Paulo, onde se formou um Partido Republicano bem estruturado e o único com capacidade de competição eleitoral. Em todos os lugares, porém — no Rio, em São Paulo, no Rio Grande do Sul ou em Minas —, o veículo principal de difusão de ideias e propaganda política do grupo sempre foram jornais — *O País*, *A República*, *A Federação*, *O Jequitinhonha*, *Novo Mundo*.[30]

Existia uma pauta de demandas muito ampla, o fôlego era reformista e o federalismo funcionou como a reivindicação que melhor segurou as afinidades políticas dos liberais republicanos: "No Brasil, antes ainda da ideia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federalista", estampou o "Manifesto republicano".[31] Federalismo, no caso, tinha pouco a ver com o sentido empregado pelos revolucionários de 1817 ou pelos conjurados mineiros. Significava descentralização, isto é, concessão ou delegação de determinados poderes às províncias, e passava longe de um sistema cuja divisão constitucional de competências fosse resultado de uma coalizão de instituições políticas, umas com base de poder local, outras predominantemente nacionais. Ainda

assim, as reivindicações de autonomia, soberania, independência ou mesmo a proposta de formação de "pequenas pátrias americanas de origem portuguesa" definiram o tom nos debates durante a Constituinte de 1891, encarregada de redigir a primeira Constituição republicana brasileira, e serviram para estabelecer o ponto de virada no formato final da República: a demanda federalista alargava efetivamente o grau de autonomia dos estados, mas na forma de um rearranjo institucional. O argumento federalista refletia o descontentamento com a pouca representatividade política das elites locais, sobretudo em províncias como São Paulo e Rio Grande do Sul: "Em um país com extensão territorial, a diversidade étnica, de clima, de atividade econômica como o Brasil, apenas um regime federativo poderia salvaguardar a unidade nacional",[32] afirmava Alberto Sales, o principal teórico do Partido Republicano paulista.

No início da década de 1880, contudo, outro grupo ganhou visibilidade e importância no debate republicano. Os positivistas[33] também tinham causa, objetivo e estratégia: estavam convencidos de que a história é governada por leis imutáveis; entretanto, uma boa dose de voluntarismo político somada a uma vanguarda bem organizada, homogênea e disciplinada seria perfeitamente suficiente para fazê-la andar um pouco mais rápido. Era um pensamento mecanicista, decerto; mas muita gente decidiu apressar a marcha da história no rumo da República. Sobretudo entre os militares, no meio de certos profissionais liberais — médicos, professores, engenheiros — e junto aos republicanos do Rio Grande do Sul. O caso dos militares é fácil de entender. Havia escassez de oficiais na cúpula política do Império, os veteranos da Guerra do Paraguai se sentiam depreciados pela monarquia e o modelo de República na versão positivista dispunha de especial apelo: combinava o progresso dentro da ordem, enfatizava a ciência e o desenvolvimento industrial típicos da formação técnica militar e defendia a figura de um ditador — eleito, nomeado, aclamado ou imposto — esclarecendo e guiando a sociedade. Já no caso do Rio Grande do Sul, a boa recepção do positivismo resultou de uma disputa provinciana. O núcleo republicano tinha origem nos filhos de estancieiros sem vínculos com a elite pecuária da campanha gaúcha que tradicionalmente controlava a província e encontrou no positivismo a fórmula capaz de explicar as razões pelas quais o sistema político do Império seria incapaz de atender às demandas de quem estava fora da estrutura de poder.

O positivismo foi um achado também para a faixa urbana da população

vinculada a profissões técnicas e científicas que buscava espaço próprio na sociedade. Afinal, a doutrina fornecia um esquema evolutivo para explicar os grandes problemas nacionais, articulava ciência à ação política e garantia que essa articulação, uma vez bem resolvida, conseguiria solucionar questões sociais e políticas fundamentais do país. De quebra, o positivismo condenava a monarquia em nome do progresso e demonstrava cientificamente a superioridade da República, o único instrumento capaz de fazer do Estado um agente de políticas sociais e preparar o caminho para uma sociedade ideal, baseada na harmonia das relações sociais, sustentada na vivência comunitária, no culto cívico da família, da pátria e da humanidade. No fundo, o positivismo valorizava social e intelectualmente os setores das camadas médias com formação científica e propunha a toda essa gente uma utopia política tranquilizadora que submetia o mundo contingente da história e da vida pública do país a uma grade de leitura cientificista e, portanto — acreditavam seus adeptos —, coerente, lógica, sem falha. Era matemático, resumiam os positivistas: a monarquia estava pronta para o naufrágio e a República seria o futuro inescapável dos brasileiros.

Nesse cenário em que se acotovelavam liberais republicanos e positivistas de diversas gradações, inclusive ortodoxos, a palavra "República" sofreu uma espécie de deflação. Seu significado estreitou-se por dois lados. Em um deles, o sentido de República passou a remeter especialmente à forma de governo que tem por seu contrário não a tirania, mas a monarquia. Silva Jardim, por exemplo, republicano, abolicionista, positivista e radical irreprimível, não perdia nenhuma oportunidade de apresentar monarquia e República como um par antitético durante as conferências que ministrava para encorpar a propaganda republicana. Estas começavam reiteradamente com o apelo "Cidadãos!" e o sucesso era garantido — mobilizavam um público amplo que incluía gente graduada nas diferentes escolas científicas do país, profissionais liberais, cientistas, letrados, políticos, estudantes de escolas superiores e até mulheres. Também tiravam os monarquistas do sério: em 30 de dezembro de 1888, a "Guarda Negra da Redentora", uma espécie de milícia urbana criada por libertos que praticavam capoeira e tinha o propósito de defender a monarquia e o Terceiro Reinado da princesa Isabel, encerrou uma dessas sessões na base do rabo de arraia e do porrete. Mas, no geral, as conferências terminavam em paz, embora num tom grandiloquente e agudo, ao som de *A Marselhesa* e com Silva Jardim

pregando abertamente o fuzilamento do conde d'Eu, marido da princesa Isabel. A nota dominante do seu discurso, contudo, apelava para a dicotomia entre as duas formas de governo, com a monarquia perdendo a guerra retórica: "Monarquia, ruim; República, boa: quanto mais monarquia, mais atraso; quanto mais República, mais progresso",[34] decretava sem mais conversa.

No outro lado desse processo de estreitamento de significado, a palavra "República" esvaziou-se de sentido próprio e tornou-se sinônimo de democracia. O uso era indiferenciado e, na prática, República passou a designar uma espécie de revestimento legal — a forma de governo — para a democracia. Sem contraste e com sentido simplificado, a dúvida passou a ser o modo como os republicanos se pronunciavam sobre a substância democrática da República. Era de fato um problema. A democracia vacilava e tropeçava sempre que se via forçada a se confrontar com o escopo da comunidade política, isto é, com a pergunta, difícil de ser formulada publicamente numa sociedade como a brasileira ao final do século XIX, escravista, hierárquica e desigual: Quem pertence — e quem não pertence — à comunidade dos cidadãos? Todos preferiam uma República a uma monarquia, mas quando os liberais republicanos começaram a refletir concretamente sobre as mudanças políticas, o tamanho do problema ficou evidente: qual era o grau aceitável de abertura do sistema? Democracia, diziam eles, era o governo do país por si mesmo, e isso significava uma espécie de soberania nacional exercida em um Brasil que se autogovernasse mediante os mecanismos de representação política e social. O remédio era esse. A concepção de soberania nacional — e não popular — criava uma espécie de cinturão protetor para a democracia, capaz de restringir a extensão da cidadania.

A maioria dos liberais republicanos reconhecia que era preciso expandir a distribuição de poder político, mas poucos dentre eles estavam dispostos a limitar os processos de tomada de decisão para criar um sistema de representação delegada pela população, capaz de eleger os governantes e qualificar uma nova elite republicana — esta, sim, apta a agir em nome do bem comum. Os positivistas, por sua vez, concordavam sobre a importância de uma nova elite desenraizada de interesses vir a exercer a tutela da República — a diferença era que eles se consideravam naturalmente vocacionados para a tarefa. Mas tinham pouca coisa a dizer em matéria de democracia, um sistema que avaliava típico de um estado ainda primitivo no processo de evolução da humanidade. Ao contrário dos liberais republicanos, os positivistas ficavam com a República

e dispensavam a democracia. A ditadura republicana bastava: concentrava os poderes e drenava a opinião do povo diretamente para o chefe do Executivo, que exerceria o governo em benefício do bem comum.

Nem os liberais republicanos nem os positivistas investiram no tema da extensão da cidadania ou tentaram responder ao problema do universo de pessoas que deveriam participar da República. Não é difícil de compreender o motivo. O ponto nevrálgico para todos eles era a escravidão e, em seguida, o conjunto da população de homens livres, pobres e libertos. Ao final da década de 1880, contudo, a lei oficial que aboliu a escravidão trouxe uma última lufada de prestígio à Coroa, encerrou o sistema escravista e fez silêncio sobre o destino dessa população.[35] Quem, no movimento abolicionista, apostava em justiça e inclusão, educação ou democracia, entendida como um pedaço de terra que integrasse o ex-escravizado à sociedade brasileira, compreendeu depressa que as injustiças sociais só são tratáveis politicamente, sustentou a sinonímia República e democracia e preocupou-se em ser realista: se a República não passava de um invólucro, os direitos sociais seriam a alma da democracia — iriam lutar por eles. Muitos dos militantes das sociedades abolicionistas eram também republicanos, especialmente entre os membros da Confederação Abolicionista, a iniciativa mais bem-sucedida na congregação de esforços para abolição da escravidão. A dimensão igualitária da democracia fundava-se na desigualdade social, a miséria estava enraizada na sociedade brasileira por toda parte e a estranha originalidade do final do século XIX pode ter sido esta: os abolicionistas tentaram construir uma democracia sem a República.[36]

No dia seguinte ao da abolição, entre positivistas, liberais republicanos e abolicionistas, muita gente namorava a República, mas ninguém ali considerava se havia uma tradição emersa do período colonial com maturidade substantivamente republicana, repertório suficiente para garantir igualdade civil e política e permitir aos libertos pleitear cidadania ativa. Os grupos vitoriosos em 15 de novembro foram incapazes — ou talvez não estivessem dispostos — de tentar institucionalizar o espírito republicano contido na tradição ou mesmo reapropriá-la em atos e palavras que anunciassem as possibilidades políticas que ainda restavam abertas para o futuro. Mas trataram de produzir sua própria memória histórica: enalteceram personagens e eventos escolhidos a dedo, esqueceram-se deliberadamente de outros, ressignificaram um pequeno punhado de acontecimentos e inventaram um bocado. Quando deram o tra-

balho por terminado, sobrava releitura do processo colonial e faltava republicanismo nesse exercício de reconstrução histórica.

Com a vitória em 15 de novembro, a meta era a construção progressiva de uma história nacional, e até lá batalhar por uma versão dos fatos adequada ao novo regime, persuadindo a sociedade e garantindo sentido e legitimidade aos vencedores — eventualmente também investindo contra as opções disponíveis no passado. Daí a importância de modular o passado colonial e a história do Império, em busca de personagens, eventos e, sobretudo, símbolos. Pinçaram vários: José Bonifácio e Rio Branco, a Independência, em 1822, o período regencial, entre 1831 e 1841, com descontentamentos isolados, barulho nas províncias e tensões intraelites. Também enfeitaram muito. A Conjuração Mineira foi elevada a momento inaugural da luta pela nacionalidade — coisa que nunca foi — e celebrada como levante antimonárquico. Acabou rebatizada definitivamente de Inconfidência, como ainda hoje é chamada, quem sabe para eliminar de uma vez por todas do imaginário da sociedade a ideia de conjuração, sempre perigosa por sua disposição de depor o governante e tentar chegar ao poder pelo caminho encurtado da ação violenta — afinal, dizia Maquiavel, só se conjura para retomar a liberdade perdida de uma República, e isso representa uma ameaça insuportável e sempre presente ao território do poder.[37]

Mas foi em torno da figura histórica de Tiradentes que positivistas, liberais republicanos e abolicionistas encontraram a representação simbólica nacional para o herói da República que desejavam implantar. O processo de beatificação de Tiradentes na condição de mártir foi grandemente facilitado por algumas circunstâncias. Até hoje pouco se sabe sobre ele — não conhecemos sequer o seu rosto —, e não é difícil estilizar por conta própria o personagem. Quando o poeta e militante abolicionista Luiz Gama publicou, em 1882, o artigo "À forca o Cristo da multidão", inspirado em versos de Castro Alves, veio à tona a chave para materializar a figura do mito cívico que a República precisava criar. Castro Alves compôs os versos sobre Tiradentes para a peça *Gonzaga ou a Revolução de Minas*, de cunho político, vocação republicana e, algo que os conjurados mineiros também jamais foram, abertamente abolicionista. A peça retratava a maneira como a escravidão deformava as pessoas e abalava os valores humanos,[38] e o poeta foi mestre em escrever versos candentes com o propósito de levantar o povo e mudar o mundo. Já o novo governo republicano precisava de Tiradentes para fazer algo menos subversivo: manipular o imaginário da sociedade a fim de consolidar a República. Foi então que a forca se equiparou à cruz, o patíbulo ao altar, Tiradentes à figura de Cristo — longa barba, cabelos compridos, alva branca, místico, terço na mão, carregando as dores do povo. O imaginário profundamente católico da sociedade brasileira se encarregou de fazer a transição: apagou a figura do mais ativo propagandista das ideias republicanas que sustentaram o projeto político da Conjuração Mineira e o grande responsável por colocá-las em circulação no interior de uma rede formada pelo entrecruzamento de diferentes grupos sociais; também descartou o alferes um tanto gabola que falava de felicidade pública até para as morenas que trazia debaixo do olho. Em troca, acendeu a imagem do Cristo cívico no sentimento popular marcado pela religiosidade cristã. Já o republicanismo de 1789 foi completamente desconsiderado; era parte de uma tradição que se esqueceu no tempo.[39]

É possível o esfacelamento de uma tradição — a partir de então esquecida e perdida. Mas o esquecimento não significa que a tradição se extinguiu, argumenta Hannah Arendt.[40] Ela pode ter se interrompido e apagado da memória, mas continua sutilmente ali, subjaz ao esquecimento, como uma vaga lembrança ou a reminiscência indecisa e quase apagada de uma recordação. Evidentemente não há nada que possa compensar o esquecimento, mas existem boas razões para concordar com Arendt: sob circunstâncias mais várias, surgem, de modo abrupto e inesperado, fragmentos e descontinuidades de uma tradição para de novo desaparecer qual fogo-fátuo, em diferentes condições. Não é segredo para ninguém que uma tradição esgarçada tampouco é estável. Aparece, desaparece e reaparece, uma luz simultaneamente espectral e ofuscante que contraria as nossas certezas no presente para reafirmar o sentido das possibilidades perdidas no tempo. Mas, como não conseguimos lembrar daquilo que não reconhecemos no passado, a cada vez que isso ocorre é como se nunca tivesse acontecido nada semelhante antes.

"Nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história", dizia Walter Benjamin — e Hannah Arendt concordava.[41] Se ela estiver certa, esse pode ser o ponto de apoio para uma reflexão sobre certos traços de experiências políticas formadoras de uma tradição republicana que, embora esquecida há muito no tempo, ainda lança suas luzes tênues sobre a história do Brasil. É tentador acrescentar que isso é assim apenas em teoria. O inusitado, porém, é que pode funcionar empiricamente. Arendt fala de uma tradição cujo significado perdido — vocabulário, princípios, valores — ainda encontra

uma espécie de ressonância acústica no nosso presente; e ela fala disso como de um fato de que ninguém duvida. São traços de uma tradição que podem se encarnar ou reencarnar múltiplas vezes na história até que todas as virtualidades que ela implica tenham sido realizadas. O que interessava a Arendt era recuperar momentos em que esse vínculo esquecido, mas vivo, entre o passado e o presente surgisse, abrindo novas possibilidades para o futuro.

No caso deste livro, o campo de batalha que interessa à tradição esquecida desarmar é o território da nossa história republicana. Seus fragmentos podem eventualmente se manifestar de modo violento, como, por exemplo, nas barricadas de Porto Artur, a cidadela inexpugnável na rua da Harmonia, no bairro da Saúde, que inspirou medo à República em 1904, durante a Revolta da Vacina; ou na instalação da República Livre de Formoso e Trombas, obra dos trabalhadores rurais rebelados no norte de Goiás, em 1954. Fragmentos cristalizados podem ser igualmente identificados no formato alternativo das Repúblicas renegadas pela República — o caso de Canudos ou do Contestado, talvez.[42] Como também podem ser reconhecidos crescendo lenta e subterraneamente no esforço de intelectuais interessados em decifrar o Brasil e compreender o jogo da exclusão no interior de nossa formação social, sobretudo ao reconhecer os silêncios que atravessam a sociedade brasileira e escondem a fonte que gera o nó da violência, da discriminação, do preconceito e da profunda desigualdade encravados no fundo de nossa história escravista. Por fim, fragmentos da tradição esquecida podem inflar, de súbito, no interior da imaginação cultural brasileira — como no caso da literatura ou da canção popular, ainda hoje um dos meios através dos quais o país logrou alcançar uma forma de expressão e um modo de conhecer a si próprio.

Aliás, no mesmo ano em que ocorreu o golpe republicano de 15 de novembro, a linguagem do republicanismo fez sua primeira aparição entre nós como reminiscência, vale dizer, como algo que se possuía e se perdeu. Foi obra de negros de origem, trajetória e perfil muito diversos, além de ex-escravos e libertos convencidos de que o momento político era decisivo e que tinha chegado a hora de afirmarem suas convicções republicanas.[43] A população negra nunca foi homogênea e nem todos estavam de acordo com o argumento de que a abolição era obra da elite imperial que transfigurou a princesa Isabel em "Redentora" — muitos estavam inclusive dispostos a refutar isso em alto e bom som. No dia 13 de janeiro de 1889, cerca de trezentos indivíduos que se autoidentificavam como "homens de cor" se reuniram em assembleia, no complexo de quilombos do Jabaquara, em São Paulo, o maior refúgio de escravizados do país durante o século XIX, e deram a senha para o que se seguiria: a abolição da escravatura no Brasil foi feita pelos esforços populares que se impuseram energicamente à Coroa — era uma conquista emanada do povo, dos escravos e dos abolicionistas brancos e negros. "À Coroa nós devemos a conservação da escravidão por três séculos", reiterou Quintino de Lacerda, negro, carregador de café do porto de Santos e o lendário fundador do Jabaquara. Não ficou nisso: "[À monarquia] devemos as balas com que ela mandou espingardear alguns aqui presentes [...]. Nós nos fizemos livres, auxiliados pelo povo que nos sustentava contra as forças do governo".[44]

A assembleia no Jabaquara teve desdobramentos. Em meados de 1889, um grupo de "homens de cor" se reuniu no centro de São Paulo para debater raça e cidadania. O passo seguinte foi a criação de um jornal, *A Pátria*, que trazia o subtítulo *Órgão dos Homens de Cor*, uma declaração de princípios — "Nós [homens de cor] somos republicanos de convicção e coração, acreditamos mais na realidade da República do que na realeza dos bragantinos porque a liberdade e a igualdade é natural aos homens [...]"[45] — e uma pauta decididamente republicana: defendia a soberania popular e os direitos de cidadania. Ainda mais surpreendente: o movimento se expandiu pelo país. No Rio Grande do Sul surgiu uma forma associativa de matiz republicano, a Mocidade Preta; em 6 de junho de 1889 foi fundado, na capital do Império, o Club Republicano dos Homens de Cor. Os clubes políticos são uma criação da Revolução Inglesa, no século XVII, e, autônomos e igualitários, ofereciam uma espécie de treinamento em cultura republicana: coordenavam os debates concernentes aos assuntos públicos, a troca de opiniões, a propaganda, as atividades públicas. Não ia ser diferente no Rio de Janeiro e as elites reformistas estavam inquietas.

Afinal, os republicanos de cor haviam assumido para si a tomada de iniciativas conjuntas, estabeleceram um foro de argumentação e deliberação pública e, encorajados, recuperaram o ponto onde os libertos pernambucanos da Revolução de 1817 se viram forçados a ceder. Na realidade, resolveram fazer política com perguntas concretas. Uma, quem pertence à comunidade política? A outra, onde se encontra a fonte de poder político legítimo? Também sabiam a resposta. No conjunto das suas reivindicações havia lugar para a demanda pela condição de cidadãos plenos, o reconhecimento da soberania popular capaz de "abolir os privilégios de casta e de raça",[46] e a convicção de

estarem qualificados para representar e serem representados — "É preciso mostrar que somos homens para a luta, quer por meio das urnas, quer por meio da palavra e quer por meio da força",[47] recomendava um panfleto amplamente divulgado pelo Club Republicano dos Homens de Cor.

A pauta dos "homens de cor" foi a única, ao final do Segundo Reinado, substantivamente republicana e, por extensão, democrática. Mas a República instalada em 15 de novembro não tinha nenhuma intenção de assegurar pela lei o compromisso com uma concepção de liberdade cuja realização requer, por um lado, a efetiva participação dos indivíduos no processo de autogoverno de sua comunidade política e, por outro, que todos os membros dessa comunidade desfrutem direitos iguais. A Constituição de 1891 construiu o mecanismo que garantiu o voto apenas a quem os vitoriosos de 15 de novembro julgavam poder confiar a preservação da sociedade, e deixou boa parte da população brasileira do lado de fora da República: excluiu libertos e pobres — pela exigência de alfabetização, já que os analfabetos não poderiam votar —, além de mendigos, mulheres, praças de pré, membros de ordens religiosas, menores de 21 anos.[48] E então, uma vez consolidado o novo regime e restabelecida a ordem política institucional, a experiência republicana dos homens de cor, conquistada na ação e na palavra, foi também esquecida.

A tradição republicana, entre nós, firmou-se como uma linguagem para situações de crise — surge e reaparece quando não encontramos mais no passado uma sequência tranquilizadora de eventos, e o futuro segue imprevisível. Os personagens deste livro infundiram muita energia no poder e na força de algumas palavras, e eles precisavam delas para compreender o mundo em que viviam. Esse mundo desapareceu para sempre. Mas podemos refletir sobre tudo, questionar e recordar — para pensar sobre o que estamos fazendo. O Brasil vive hoje uma crise talvez sem precedentes na sua história. O presente se afigura incerto e a palavra "República" continua soando oca; já não sabemos bem o que significa. É um bom momento para contar e recontar a estranha história do espólio republicano que nos pertence por direito, reacendendo algo da antiga chama de uma tradição esquecida. Parece insuficiente, eu sei. Mas nossa vantagem é esta, conhecer um pouco do que foi posto pelo passado em nosso caminho: o legado possível para um futuro em aberto.

Belo Horizonte, 20 de março de 2018.